

# O DEBATE DO SUBDESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO: CONTRIBUIÇÕES E LIMITES DESSA ABORDAGEM

Karoline Dantas Ribeiro<sup>1</sup>

Vinícios Ventura de Oliveira Emerick<sup>2</sup>

Christiane Senhorinha Soares Campos<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo debater a pertinência e as limitações da formulação teórica do subdesenvolvimento no contexto contemporâneo. Parte-se do pressuposto que, se por um lado a proposta estruturalista, ancorada na industrialização e na atuação do Estado como responsável pela formulação e implementação de uma política nacional de desenvolvimento, se mostra limitada diante da complexidade do contexto da mundialização do capital e das mudanças que produz no papel dos estados. Por outro lado, os problemas estruturais apontados pelos desenvolvimentistas, particularmente por Furtado, não somente permanecem como se intensificaram nas últimas décadas em que vigoraram no Brasil as políticas neoliberais. De modo que nos parece pertinente resgatar o debate do subdesenvolvimento, sobretudo a contribuição furtadiana, e identificar possíveis diálogos dessa abordagem teórica com a realidade atual.

**Palavras-chave:** subdesenvolvimento, Celso Furtado, mundialização do capital, Estado.

## ABSTRACT

This article aims to discuss the relevance and limitations of the theoretical formulation of underdevelopment in the contemporary context. It is based on the assumption that, while the structuralist proposal, anchored in industrialization and in the role of the State as responsible for the formulation and implementation of a national development policy is limited in view of the complexity of the context of the globalization of capital and changes it produces in the role of states. On the other hand, the structural problems pointed out by the development theorists particularly by Furtado, not only remain but have intensified in the last decades in which neoliberal policies were in force in Brazil. So, it seems pertinent to rescue the debate on underdevelopment, especially Furtadian contribution, and identify possible dialogues of this theoretical approach with the current reality.

**Keywords:** underdevelopment, Celso Furtado, capital globalization, State.

## ÁREA 2: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**Classificação JEL:** O10; O54; B59;

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Sergipe – UFS - karolinedantasribeiro@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Economia pelo IE/PPGE da UFRJ e Mestre em Economia pela UFS – vinicios\_emerick@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Economia e dos Programas de Pós-Graduação em Economia e Geografia da UFS – christianescampos@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

A teoria do subdesenvolvimento surge em meados do século XX, em contraposição à interpretação do desenvolvimento como uma decorrência natural da difusão da civilização industrial nos países capitalistas. Furtado (2009 [1961]) enunciou a teoria do subdesenvolvimento, mostrando que esse se tratava de um processo histórico autônomo, resultante de estruturas específicas, e por isso necessitava de interpretação teórica própria. Segundo Oliveira (2003), o termo subdesenvolvimento em si não é neutro, pois sinaliza por meio do sufixo “sub”, “que a formação periférica assim constituída tinha lugar numa divisão internacional do trabalho capitalista, portanto hierarquizada, sem o que o próprio conceito não faria sentido. Conforme o autor,

(...) tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar de intensas transformações, impediu-a precisamente de “evoluir” para estágios superiores da acumulação capitalista; vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização (OLIVEIRA, 2003, p.126)

Desse modo, a originalidade dessa teoria está alicerçada pelo estudo das malformações sociais concebidas no processo de difusão de progresso técnico. A delação do neutralismo ilusório da ampliação de técnicas possibilitou que se jogasse luz sobre a criação de valores substantivos, uma área do desenvolvimento que até então se encontrava escondida. A elaboração da teoria do subdesenvolvimento representa a tomada de consciência das restrições impostas pela divisão internacional do trabalho em regiões periféricas, que se consolidaram com a difusão da civilização industrial (FURTADO, 2016).

A primeira percepção é que o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas (FURTADO, 2009). Neste sentido, os principais entraves à transição da simples modernização rumo ao desenvolvimento das economias estão firmados na esfera social, ou seja, quando a ascensão do processo de acumulação não fomenta modificações nas estruturas sociais capazes de alterar, de modo expressivo, o direcionamento do excedente e a distribuição da renda (FURTADO, 2016).

Por essa razão, Furtado (2009) salienta que o subdesenvolvimento se apresenta sob várias formas e em diferentes estágios, de modo que para compreender como fenômeno específico caberia analisar o perfil da acumulação periférica em sua essência. Porém, a ausência desse esforço leva a interpretações inadequadas sobre a experiência das economias subdesenvolvidas, particularmente, por causa das generalizações excessivas e a utilização de abordagens universais, que nos afastam da realidade. As estruturas das economias subdesenvolvidas são pouco diversificadas e tecnologicamente heterogêneas, diferentemente dos países centrais que são assinalados pela diversificação e produtividade homogênea, além de mecanismos de criação, de difusão tecnológica e de transmissão social, que são inexistentes na periferia. Sendo assim, é a partir da observação que os processos sociais são historicamente determinados, que Furtado se apropria tanto da análise das características e condicionantes do atraso das estruturas periféricas quanto das possibilidades de sua transformação, porém sem desconsiderar que as mudanças estruturais dependem da atuação das forças políticas em jogo.

Logo, a formulação teórica independente do subdesenvolvimento foi incorporada pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) responsável pela referência ideológica e analítica para o desenvolvimento do conjunto dos países latino-americanos. Na realidade, a teoria do subdesenvolvimento se encaminha em direção à crítica ao liberalismo econômico, que se constitui o cerne do pensamento cepalino. As análises desenvolvidas pelos primeiros estudiosos da instituição denunciaram os efeitos deletérios da inserção internacional das economias periféricas e a vulnerabilidade externa, decorrentes das condições problemáticas e das tendências “perversas” com que se processava internamente o crescimento na periferia latino-americana (BIELSCHOWSKY, 2000).

Diante dessa perspectiva, fortaleceu-se a discussão da intervenção estatal como forma de estimular a industrialização, já que a espontaneidade do mercado não teria forças suficientes para expandir setor industrial, dado as condições estruturais periféricas. Assim, o processo de industrialização tornou-se o meio pelo qual se pudesse superar o subdesenvolvimento e a pobreza, uma vez que a expansão desse setor parecia ser o único caminho para alavancar o progresso técnico e elevar o nível de vida da população da América Latina, conforme indicado por Prebisch (1949).

Convém acrescentar que a teoria do subdesenvolvimento não possui como fundamento se antepor a teoria clássica sobre a necessidade de elevar o excedente econômico, pelo aumento contínuo do nível da produção. Ou seja, a teoria do subdesenvolvimento busca apreender o conceito de acumulação, explorando seu perfil e a orientação do esforço acumulativo de determinada sociedade – aspecto fundamental que a teoria econômica convencional ignorou. Com efeito, a temática consubstancia o processo de produção – realocação dos recursos para gerar um excedente adicional e a forma de apropriação do excedente – e o processo de circulação – utilização do excedente. Na acepção furtadiana, além dos problemas para ampliar e diversificar a produção, um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento dos países periféricos é o fato de suas elites adotarem padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito alto, “os quais, conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo das estruturas sociais” (FURTADO, 1974, p.80).

No entanto, apontar a dependência não só simboliza a compreensão da reprodução da formação social na periferia, assim como nos permite captar o processo de modernização que as economias periféricas industrializadas experimentaram nas últimas décadas<sup>4</sup>. O Brasil se constitui um exemplo interessante para demonstrar quanto o país avançou no processo de industrialização sem eliminar as raízes do subdesenvolvimento (FURTADO, 1974). Oliveira (2003) entende que a superação desse fenômeno durante a década de 60 foi virtual, o autor chega a destacar o aumento da organização dos trabalhadores e os avanços da luta pela reforma agrária. Mas tais progressos não foram capazes de transpor as barreiras impostas pelo subdesenvolvimento.

Decerto, a característica mais visível no modelo de desenvolvimento brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. “Assim, a durabilidade do sistema baseia-se na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter antissocial tende a estimular” (FURTADO, 1976, p.122). Oliveira (2003) ainda reforça que a elite nacional não comunga do projeto de emancipação necessário para aniquilar a elevada exploração gerada pelo custo reduzido da mão de obra, que poderia ser eliminada

---

<sup>4</sup> Vale destacar, que a dependência vai obtendo um novo caráter à medida que novas formas de vida e a modernização dos padrões de consumo vão sendo introduzidos. Nesta lógica, mesmo em economias periféricas industrializadas, as conexões entre a dependência e o subdesenvolvimento devem ser investigadas em sua transformação evolutiva, em suas formas plurais e revigoradas (FURTADO, 1974).

com a implementação da reforma agrária, extinguindo tanto a formação do exército de reserva quanto o poderio patrimonialista.

Todavia, o projeto de superação do subdesenvolvimento orientado por debates como o de Furtado saiu da agenda nacional com os governos militares, que implementaram uma estratégia desenvolvimentista que não tinha como escopo a redução das desigualdades, ainda que se pautasse pela industrialização. E o contexto da redemocratização do país coincide com a implementação de políticas neoliberais que tem plena sincronia com o processo de mundialização do capital, reduzindo a capacidade dos estados nacionais de implementarem políticas de desenvolvimento.

O silêncio que paira sobre o tema do subdesenvolvimento não corresponde ao que se observa na realidade social, uma vez que os problemas estruturais do Brasil, apontados por Furtado no século passado, não apenas se perpetuaram como vem se agravando no contexto contemporâneo. Nesse sentido é que consideramos pertinente analisar os limites dessa formulação teórica, bem como identificar as contribuições que traz para se aprofundar o debate sobre os desafios dos países periféricos na atualidade.

## **2. OS LIMITES DA ABORDAGEM DO SUBDESENVOLVIMENTO**

O neoliberalismo se manifestou como reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar após a II Guerra Mundial, o principal objetivo era se opor às políticas keynesianas em voga naquela época. Na realidade, questionava-se a liberdade dos indivíduos e a vitalidade da concorrência, considerando que as políticas fomentadas pelo Estado promoviam uma espécie de “igualitarismo”. Nesse sentido, a desigualdade ganhou um papel positivo e significativo, com a finalidade de alcançar prosperidade nas economias capitalistas. Ademais, a partir dos efeitos da crise eclodida nos anos 1970<sup>5</sup>, as ideias neoliberais difundiram que o poder dos sindicatos havia corroído as bases de acumulação do capital e ainda pressionava para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995).

Como resposta foram colocadas em prática determinadas políticas econômicas, que caracterizaram as primeiras experiências neoliberais ao redor do mundo, de modo que as políticas intervencionistas e os projetos de desenvolvimento foram sendo dissolvidos à medida que o neoliberalismo se tornava hegemônico. Nota-se que a perspectiva neoliberal retomou teoricamente e empiricamente a atuação das livres forças de mercado, em que a tomada de decisão dos agentes individuais fosse capaz de promover o aumento da produtividade e sustentar o crescimento e, conseqüentemente, o processo de desenvolvimento. Assim, o debate da associação entre Estado e desenvolvimento enfraqueceu-se quando a ideologia neoliberal passou a sobrepujar a teoria keynesiana resgatando a ideia de autorregulação dos mercados e irrelevância do papel do Estado.

Na América Latina o debate desenvolvimentista ganhou novos contornos com o fim dos governos democráticos em vários países do subcontinente na segunda metade do século XX, incluindo o Brasil, de modo que o projeto de industrialização se dissociou da preocupação em reduzir as desigualdades. Na década de 1980, a instabilidade macroeconômica resultante do contexto da crise da dívida externa favoreceu a implementação das políticas neoliberais nessa região. Apesar da execução das políticas neoliberais no Chile durante o governo de Pinochet, o marco da hegemonia neoliberal é

---

<sup>5</sup> Segundo Anderson (1995), o bloco dos países capitalistas caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação.

datado pela realização do Consenso de Washington<sup>6</sup>, em 1989, que trouxe uma nova agenda econômica centrada em medidas de “ajuste” das economias latino-americanas à nova ordem financeira global (FIORI, 2013). Todavia, observa-se que, embora a estabilidade monetária tenha sido alcançada ao longo da década de 1990, as reformas se configuraram como contraditórias, uma vez que as políticas efetuadas não culminaram em crescimento econômico sustentável dos países que as implementaram.

Com efeito, ainda que se tenha realizado novas condições institucionais em favor do capital, a taxa de acumulação não se reverteu em inversões na estrutura produtiva, visto que a desregulamentação financeira criou condições mais propícias para a inversão especulativa do que a produtiva. De fato, “durante os anos 1980 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbios internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais” (ANDERSON, 1995, p.7). Além disso, a orientação econômica conduzida pela hegemonia neoliberal “asfixiou a criatividade intelectual e a aprisionou o pensamento político e econômico das elites latino-americanas” (FIORI, 2001) e, em particular, inibiu a reflexão sobre o processo de desenvolvimento econômico ainda em curso na região.

Vale registrar, que o subdesenvolvimento não se caracteriza como uma fase do desenvolvimento ou um “desenvolvimento em um grau inferior”. Refere-se a um processo que se originou com a introdução dos países no mercado capitalista internacional e, sobretudo durante o século XIX, transcorreu das relações capitalistas de produção que foram incorporadas por estes países, mas que, ainda assim, conservaram as mesmas relações pré-existentes nas regiões periféricas de origem pré-capitalistas (FURTADO, 1974). Sob essa perspectiva, a manutenção dessas circunstâncias gera uma dinâmica de acumulação perversa, impossibilitando a instauração de uma homogeneidade econômica e social, além de preservar as peculiaridades do capitalismo periférico.

E os resultados socioeconômicos apontados, nesse início do século XXI, mais do que reafirmam a necessidade de discutir os elementos que engendram o fenômeno do subdesenvolvimento, assim como compreender os limites dessa abordagem no contexto capitalista contemporâneo, assinalado pela mundialização do capital. Nas últimas décadas, a América Latina experimentou transformações que não implicaram na redução dos elementos estruturais do subdesenvolvimento, e sim, o oposto como o crescimento da dependência externa e o aprofundamento das múltiplas desigualdades internas.

É relevante salientar que, durante o período desenvolvimentista, a industrialização foi utilizada como instrumento para alcançar os frutos do progresso técnico e elevar o nível das massas da América Latina, tendo em vista os efeitos dos termos de deterioração de troca provocados pela divisão internacional do trabalho (PREBISCH, 1949). Entretanto, com o processo de liberalização e a abertura dos mercados, privatização de setores estratégicos e desnacionalização de vários desses setores constata-se a intensificação da condição de dependência e o aprofundamento da vulnerabilidade externa dos países latino-americanos (CARCANHOLO, 2014). Para alguns estudiosos, a criação de fatores externos como a integração comercial e produtiva dessas economias exigidas pelo processo de globalização induzem o fenômeno da desindustrialização.

## **2.1. Desindustrialização na periferia: o caso brasileiro**

---

<sup>6</sup> As medidas concentraram-se em: disciplina fiscal, mudança das prioridades em relação às despesas públicas, reforma tributária, liberalização do setor financeiro, regime cambial flutuante, liberalização comercial, atração de investimentos diretos estrangeiros, privatização de empresas públicas, desregulação das atividades econômicas e defesa do direito de propriedade privada.

O conceito de desindustrialização é compreendido como uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região, também sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do produto interno bruto (PIB), respectivamente. Em outras palavras, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, porém, quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos ou de valor adicionado para uma determinada economia. Neste sentido, a simples expansão da produção industrial, em termos quantitativos, não pode ser empregada como evidência da inexistência de desindustrialização (OREIRO; FEIJO, 2010).

Adiciona-se a isso, o fato de que a desindustrialização também não está associada diretamente com o “processo de reprimarização da pauta de exportação”, considerando que a redução da participação do emprego e no valor adicionado pode estar associada à transferência das atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho (ou com menor valor adicionado) para o exterior. Nesse caso, classifica-se a desindustrialização positiva, porque se realiza a expansão de participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e maior valor adicionado na pauta de exportações. Contudo, se a desindustrialização vier acompanhada de um processo de reversão da pauta de exportação – em produtos primários (*commodities*) ou manufaturas com baixo valor adicionado e/ou baixo conteúdo tecnológico – compreende-se como um caso negativo<sup>7</sup> (OREIRO; FEIJO, 2010).

De acordo com Cano (2014), o primeiro caso de desindustrialização se refere basicamente aos países desenvolvidos, entre as décadas de 1960 e 1970, considerando que esses países que já tinham amadurecido seus processos de industrialização e tinham um setor exportador de manufaturas bem articulado. Na América Latina, as evidências desse processo foram notadas a partir dos anos 1990, quando as indústrias experimentaram a redução da pauta de exportação de bens manufaturados e, conseqüentemente, perderam participação na produção mundial. Nos países periféricos, a desindustrialização é considerada negativa, em virtude do caráter “precoce” e os efeitos prejudiciais à estrutura produtiva como: a redução do nível de inversões, a queda produtividade e a perda de competitividade externa e interna.

Tais rebatimentos na periferia latino-americana coincidem com a implantação das políticas liberalizantes associadas ao Consenso de Washington, tendo em vista que a inserção das reformas neoliberais na periferia atingiu negativamente todos os países que a realizaram. Dentre elas, a política de estabilização ancoradas pelo novo arranjo macroeconômico, que derivou diversas limitações – valorização cambial e elevados juros – prejudicando as contas públicas e acarretando baixos investimentos tanto na esfera pública quanto privada, o que implicou em um fraco crescimento (CANO, 2014).

No Brasil, aponta-se que as políticas de matriz neoliberal foram determinantes para a desindustrialização prematura do país, uma vez que a adesão dessa agenda é incoerente com um programa industrial que fomente a indústria nacional. Para Cano (2014), existem três razões que favorecem esse desmonte do processo de desenvolvimento nacional. A primeira é a política cambial introduzida durante o Plano Real, o câmbio valorizado em demasia realiza a função de ser a âncora dos preços, que aliado a uma âncora fiscal desregulamentada e a política de juros reais extremamente elevados resulta em uma progressiva perda da competitividade externa da indústria

---

<sup>7</sup> Segundo Oreiro e Feijó (2010, p.222), “a desindustrialização é classificada como ‘negativa’, pois é resultado de uma ‘falha de mercado’ na qual a existência e/ou a descoberta de recursos naturais escassos, para os quais o preço de mercado é superior ao custo marginal social de produção, gera uma apreciação da taxa de câmbio real, produzindo assim uma externalidade negativa sobre o setor produtor de bens manufaturados (...)”.

brasileira diante de outros países. Além disso, a sintonia desafinada entre os três mecanismos incide na maior parte do pagamento dos juros da dívida pública.

A segunda razão refere-se a abertura comercial desregulamentada do país, no início em 1989, durante o governo Sarney. A abertura comercial desordenada combinada com o declínio dos preços e os entraves para a instauração de mecanismos protecionistas em prol da indústria brasileira reforçou os impactos negativos gerados pelo câmbio valorizado. O resultado foi a queda violenta do nível protecionista da indústria nacional frente a concorrência externa. A terceira e última razão é a taxa de juros elevada, que leva o empresário a compará-la com a taxa de lucro, intuindo a perspectiva de um acúmulo de capital. O direcionamento do capital que poderia ser investido na indústria nacional para o setor financeiro gera capital especulativo. E sem investimento produtivo, a indústria perde espaço para outros setores, não cresce e apresenta dificuldades para acompanhar e se apropriar do progresso técnico. (CANO, 2014).

Conforme Carcanholo (2014, p.14), esse processo pode ser resumido no tripé transnacionalização-desindustrialização-reprimarização de nossas economias, levando em conta que as reformas estruturais impostas à região latino-americana recuperou o padrão de inserção na divisão internacional do trabalho – “caracterizado pela especialização de sua estrutura produtiva, e da pauta exportadora, em produtos primários, baseados em recursos naturais, com baixas produtividades, em média, (...)” e ainda com forte presença do capital internacional. Dessa forma, assiste-se ao aprofundamento da vulnerabilidade externa, à intensificação da dependência e ao desaparecimento de um dos instrumentos de combate aos elementos do subdesenvolvimento.

Porém, para aprofundar a análise sobre as novas limitações do desenvolvimento diante a tendência de recuperação e valorização do capital que marcam o capitalismo contemporâneo neste século, é essencial interpretar os fenômenos complexos que influenciaram as recentes transformações no contexto latino-americano e, em particular, no Brasil. Ou seja, é imprescindível compreender que o desenvolvimento não é desencadeado por um único elemento, e sim, por um conjunto de fatores que convergem, de modo que não se pode entender esse processo, sem considerar os movimentos do capitalismo, em múltiplas escalas, particularmente na mundial. Desde os anos 1970-1980, o mundo experimentou uma série de modificações que implicou em um novo regime de acumulação em escala internacional, assinalado por uma dominância financeira. Segundo Chesnais (1996), esse fenômeno é definido como mundialização do capital.

## **2.2. A Mundialização do Capital e os limites ao desenvolvimento nacional**

O conceito de mundialização do capital está relacionado à nova configuração de capitalismo mundial e dos mecanismos que controlam seu desempenho e sua regulação. Assim, o estilo de acumulação passa a ser realizado pelas novas formas de centralização dos gigantes capitais financeiros e administrados anonimamente, singularizando “o novo capitalismo” de fins de século XX. Para Chesnais (1996, p. 34),

a mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan.

Se, por um lado, a implementação dessas políticas, imediatamente, reduziu a capacidade estatal em conduzir um processo de desenvolvimento autocentrado e independente, por outro, observa-se que houve o aumento da autonomia dos grandes grupos empresariais, que, a partir da vigência do modelo neoliberal, permitiu a livre movimentação e valorização dos fluxos financeiros, realizando a integração desses mercados e a ampliação da acumulação financeira. Com efeito, o desaparecimento de certa especificidade dos mercados nacionais e a destruição da autonomia do Estado se tornaram condições essenciais para que o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais se expandissem à vontade e explorassem os recursos humanos, econômicos e naturais (CHESNAIS, 1996).

Todavia, a nova configuração do capitalismo não é consequência mecânica da globalização, por meio de um processo “externo”. Na verdade, é resultado de uma ação coercitiva de determinada linha de conduta, que é imposta a cada país, a seus partidos e a seus governos. Por exemplo, o termo “global” surgiu no início da década de 1980 e passou a ser conhecido mundialmente como uma nova etapa marcada por um “mundo sem fronteiras”, no qual as grandes corporações são apresentadas como “sem nacionalidade”. No entanto, trata-se de termos “não neutros” e “vagos”, ou seja, são palavras que possuem diversos significados e, justamente por essa razão, são utilizados de modo consciente para influenciar o imaginário social e exercer força nos debates políticos (CHESNAIS, 1996).

Nesse aspecto, o discurso direciona para que a sociedade *se adapte* às novas exigências e obrigações do fenômeno da mundialização do capital, excluindo qualquer tentativa de procurar orientar, dominar, controlar ou canalizar esse processo. Com efeito,

a globalização é a expressão das “forças de mercado”, por fim liberadas (...) dos entraves nefastos erguidos durante meio século. De resto, para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levadas a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os capôs da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado (...) (CHESNAIS, 1996, p. 25)

Com a liberalização cada vez maior do comércio internacional, as operações dos grupos empresariais multinacionais foram facilitadas. Ao observar que, cerca de 40% do comércio dos norte-americanos e japoneses está estruturado com base na terceirização internacional, Chesnais (1996) aponta a importância desse intercâmbio intracorporativo. Sobretudo, em áreas de suprimentos internacionais voltados para as mercadorias acabadas e semielaboradas, os estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), publicados em 1992, relatavam que a globalização havia modificado a importância relativa dos fatores motivadores de interdependência.

E a internacionalização encontrava-se mais sob o domínio e o manejo do investimento internacional do que do comércio exterior. Posto isso, é ao investimento internacional que cabe o papel de esculpir as estruturas que prevalecem na produção e no intercâmbio de bens e serviços. Desse modo, os fluxos de intercâmbio intracorporativo atingiram cada vez mais relevância, sendo que a hospedagem do investimento internacional só foi possível por causa da globalização das instituições bancárias e financeiras que facilitaram o processo de fusões e aquisições transnacionais.

A mundialização não se restringe apenas às ações dos grupos empresariais e aos movimentos comerciais que elas ocasionam, mas abrange também a globalização financeira, que não deve ser excluída do elenco das forças as quais a adaptação dos mais frágeis e desprotegidos é vista como obrigatória. Na esfera industrial, a inevitável adaptação deve ser feita nos novos modos de organização da produção que são praticados



nas empresas multinacionais. O problema nessa área é que a liberalização e a desregulamentação ao serem associadas as possibilidades – promovidas pelas novas tecnologias de comunicação – elevaram a aptidão inerente do capital produtivo de investir e desinvestir, de comprometer e descomprometer a sua própria propensão à mobilidade. No cenário atual, o capital é livre para acirrar a disputa das diferenças no preço da força de trabalho entre um país e outro, ou entre uma região do planeta e outra. Essa condição é viabilizada, por meio do capital concentrado que pode operar por intermédio do investimento ou pela via da terceirização (CHESNAIS, 1996).

O autor ainda destaca alguns aspectos da mundialização que são importantes para observar como ocorre o desenvolvimento sob um contexto mais amplo. O investimento estrangeiro direto (IED) é composto por um nível elevado de concentração no interior dos países adiantados, e essa concentração ocorre às expensas dos países em processo de desenvolvimento. O IED excedeu o comércio internacional como o principal veículo no processo de internacionalização. E a sua atuação é relevante tanto no âmbito das manufaturas como de serviços. Ademais, a organização vertical e horizontal dos pilares industriais também ocorre a partir do IED, isto é, as multinacionais têm desfrutado dessa condição que propiciou a liberalização do comércio, a adesão de novas tecnologias e a introdução de novos métodos de gerenciamento de produção (CHESNAIS, 1996).

Já o intercâmbio intrasetorial é a variação dominante do comércio internacional, sendo definido por meio do intercâmbio intragrupo no panorama dos mercados privados das multinacionais, assim como pelos suprimentos internacionais ordenados com base em categorias, como os insumos e produtos acabados. A reorganização dos grupos industriais tende a formar “empresas-rede” que com a introdução das novas modalidades de gerenciamento e controle desenvolvem formas elaboradas de terceirização, que auxiliam os grandes grupos na reconciliação da centralização do capital e a descentralização das atividades (CHESNAIS, 1996).

Tais processos elevam o nível de interpenetração entre os capitais de várias nacionalidades e o investimento cruzado, bem como as fusões e aquisições transfronteiras que forjaram as estruturas de oferta com um nível elevado de concentração e a elevaram a um patamar mundial. E é sobre essa estrutura, que os oligopólios mundiais são construídos proporcionando um crescente número de indústrias, que em sua maioria, são constituídas por grupos europeus, japoneses e norte-americanos. Vale ressaltar, que tais grupos demarcam entre si, uma zona privilegiada de cooperação e concorrência. Essa zona é composta por barreiras comerciais comandadas pelo *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) e por barreiras à entrada do tipo industrial (CHESNAIS, 1996).

Além disso, o crescimento de um capital concentrado em demasia, que preserva o traço monetário, beneficia a emersão da “globalização financeira”, realçando características financeiras dos grupos industriais e propiciando uma lógica financeira do capital investido nas áreas das manufaturas e dos serviços. Chesnais (1996, p.33) reforça que esse movimento evidencia um processo que está orientado para a marginalização dos países em desenvolvimento, pois é responsável por promover “um claro recuo do IED e das transferências de tecnologia aos países em desenvolvimento, assim como por um começo de exclusão de vários países produtores de produtos base em relação ao sistema de intercâmbio”. Em síntese, compreende-se que o fenômeno da mundialização do capital derivou novas formas agressivas de tencionar o aumento de produtividade do capital em nível microeconômico e a integração dos mercados financeiros.

Em contrapartida, o horizonte temporal e a valorização do capital industrial tendem-se a reduzir cada vez mais, permitindo a mudança repentina das estratégias dos grandes grupos mundiais e a preferência pela liquidez, além de revelar o aspecto das ações de curto prazo. Em termos de política econômica, vimos que a ação estatal deve estar

alinhada às medidas de liberalização e de desregulamentação, que promovem a garantia de participação no mercado mundial em tempo real, ao mesmo tempo que contribui para integração dos mercados financeiros. Assim, quanto mais globalizada é a economia capitalista, mais globalizada será a organização política do capital, tendo em vista que as consequências nocivas do sistema capitalista podem ser suprimidas a partir da adoção da “ética” e dos “princípios morais”, tornando-as mais conscientes e responsáveis socialmente (WOOD, 2014).

Diante dessas circunstâncias, reforça-se que as nações capitalistas perderam a capacidade de conduzir suas próprias políticas, assim como os países que ainda convivem com o subdesenvolvimento interromperam a possibilidade da construção de projeto de desenvolvimento. Aparentemente, difunde-se a tese que o processo de globalização vem transformando o Estado nacional em uma instituição cada vez mais insignificante, que os combates anticapitalistas são transferidos instantaneamente para as instituições nas quais o poderio do capital global realmente está situado (WOOD, 2014). Contudo, tal ideia deve ser analisada com mais afinco, especialmente, pela discussão controversa que permeia a definição do papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico.

### **2.3. A transformação do papel do Estado diante a mundialização do capital**

A globalização, de fato, não é uma economia mundial realmente integralizada e está longe de ser um sistema de Estados-nação em decadência. Ao contrário do que se pode presumir inicialmente, o Estado está no cerne do novo sistema global e permanece executando um papel fundamental na geração e preservação das condições necessárias para a acumulação de capital (WOOD, 2014). Percebe-se que não há qualquer instituição ou agência transnacional que esteja desempenhando o papel do “(...) Estado-nação como garantidor administrativo e coercivo de ordem social, relações de propriedade, estabilidade ou previsibilidade contratual, nem como qualquer outra das condições básicas exigidas pelo capital em sua vida diária” (WOOD, 2014, p. 106). Tanto que,

um exame das operações corporativas provavelmente revelaria que “empresas multinacionais não são particularmente boas em administrar suas operações internacionais” e que os lucros tendem a ser mais baixos, enquanto os custos são mais altos, que nas operações domésticas. Tais empresas “têm muito pouco controle sobre suas próprias operações internacionais, e ainda menos sobre a globalização”. Qualquer sucesso desfrutado por essas companhias na economia global dependeu do apoio indispensável do Estado, tanto na localização de sua sede no próprio país quanto nos outros países de sua rede “multinacional” (WOOD, 2014, p. 106).

Em outras palavras, na perspectiva dessa autora, o Estado continua oferecendo as condições essenciais para a acumulação de capital global tanto na esfera doméstica quanto na esfera internacional. Todavia, deve-se reconhecer, que com a globalização, o Estado foi dispensado das suas atribuições com o bem-estar social e melhorias sociais, de modo que se instaurou a sensação de deterioração do Estado. Apesar dos sucessivos ataques dos governos neoliberais, que acabaram por gerar um atrofiação do Estado de bem-estar social, não se pode negar que sem a atuação dos Estados-nação o capital global não poderia exercer as suas operações desde as origens do capitalismo (WOOD, 2014).

Isso ocorre devido ao fato de que houve uma época em que a dinâmica do processo de exploração econômica era vítrea. Ou seja, aqueles que parassem para examinar as potências imperiais exercerem a sua dominância sobre as colônias não teriam problemas para compreender os métodos utilizados para extrair a riqueza das terras colonizadas em prol dos países imperialistas. Também não havia nada para embaçar a visão que se tem

das relações entre os senhores feudais e os camponeses que tinham a sua renda ou a sua mão de obra assenhoradas e, em sequência, não havia nada para obscurecer as vias pelas quais se dava a relação entre o Estado absolutista e os camponeses, de quem o Estado angariava altos tributos. Sob esse ponto de vista, o imperialismo tradicional compartilha semelhanças com determinadas relações internas de classe, sendo todas essas relações estabelecidas pelo mesmo mecanismo de ação: a força. Os mais fortes utilizavam da sua força, inclusive com fitos genocidas, para obrigar o seu alvo a se submeter e renunciar as suas riquezas (WOOD, 2014).

No capitalismo moderno, no entanto, as relações de classe entre o trabalho e o capital sofreram modificações e não são mais tão transparentes como foram outrora, tornando-se bem mais complicadas de desvendar e compreender. No capitalismo moderno não há transferência direta de trabalho excedente. Não há mais o pagamento de impostos, tributos ou renda por parte dos trabalhadores em prol dos seus empregadores. No cenário contemporâneo, observa-se uma inversão: são os empregadores que fazem o pagamento sob a forma de salário, e tal pagamento aparenta custear todo o trabalho efetuado pelo trabalhador. Todavia, essa inversão de papéis não é tão simplória e encobre um mecanismo complexo, já que no atual contexto do capitalismo moderno não há qualquer instrumento de ação direta que apresente de forma explícita a diferenciação entre o que de fato os trabalhadores detêm para si e o que é entregue aos capitalistas. Por isso,

não é tão fácil deslindar como os trabalhadores criam a riqueza do capital por meio do trabalho pelo qual eles não recebem nenhuma recompensa ou, dito de outra forma, como o capital obtém mais benefício, sob a forma de lucro, do trabalho dos trabalhadores do que estes recebem sob a forma de salário. Pode ser evidente, para qualquer pessoa sensata que a acumulação de capital não seria possível sem uma transferência líquida de trabalho excedente dos trabalhadores para os capitalistas. Mas a forma como isso se dá é muito menos clara (...) (Wood, 2014, p. 16).

Na falta de uma força de coerção diretamente empregada pelo capital sobre o trabalho, Wood (2014) comenta que não fica tão evidente o que poderia coagir o trabalhador a transferir o seu excedente para o capital. A coerção estritamente econômica que impulsiona os trabalhadores a venderem a sua mão de obra por um salário é bastante distinta das forças militares ou políticas que possibilita aos Estados ou aos senhores em sociedades não capitalistas de extrair os tributos, impostos ou a renda dos reais produtores. Logicamente, o trabalhador que não detém a propriedade dos meios de produção não tem opções dentro deste contexto em que a venda da sua mão de obra em troca de um salário tende a ser o seu único caminho para sobreviver nessa sociedade.

Mas há um detalhe importante dessa situação destacado por Wood (2014), que está camuflado pela complexidade dessa dinâmica. A coerção empregada aqui, é caracterizada como uma compulsão impessoal. Ela não é induzida e imposta por homens, e sim, pelos mercados. Perante essa relação, que ainda aparenta ser uma questão de escolha, e que ostenta uma clara discrepância, por exemplo, com a relação de dominância e subordinação reconhecida juridicamente entre o servo e o senhor feudal, essa é a única relação que é definida por um reconhecimento formal entre trabalhadores e capitalistas e que se configura como uma transação legal entre os indivíduos livres e iguais.

O que qualifica o imperialismo ou a dominação de classe, como uma característica estritamente capitalista, é o predomínio da coerção econômica, que é diferente da coerção extra econômica direta, seja ela de cunho político, judicial ou militar. Porém, isso não significa que o imperialismo capitalista dispensa a compulsão extra econômica, pois basta rever a história violenta e recheada de opressão colonial, que segue o referido modo de

produção para chegar à conclusão de que o capitalismo não descarta os modelos mais clássicos de colonização coercivos.

Ademais, as transformações pelas quais passaram os imperativos econômicos para deixá-los tão potentes a ponto de substituírem os métodos mais antigos de dominação direta só ocorreram após um extenso período, alcançando a sua total execução no século XX (WOOD, 2014). E mesmo após a sua metamorfose estar completa, o imperialismo extra econômico ainda demanda suporte extra econômico, neste sentido, tal fato permite inferir que a força extra econômica é fundamental para a continuidade da coerção econômica propriamente dita. Assim, a dificuldade,

(...) mais uma vez, é que o papel da força extra econômica no imperialismo capitalista, bem como na dominação de classe capitalista, é opaco, porque em geral ela opera não pela intervenção direta na relação entre capital e trabalho, ou entre Estados imperiais e subordinados, mas de forma mais indireta pela sustentação do sistema de compulsões econômicas, do sistema de propriedade (e do de não propriedade) e da operação dos mercados. Mesmo quando se aplica a orça direta na luta entre classes — como quando a polícia prende grevistas —, a natureza da transação tende a ser obscurecida pela neutralidade clara do poder coercitivo. Especialmente nas democracias liberais, com o sufrágio universal e as liberdades civis moderadamente bem estabelecidos, a polícia não é empregada pelo capital, mas representa um Estado quem, em princípio, pertence a todos os cidadãos. Hoje, quando governos poderosos lançam ações militares contra outros mais fracos, somos levados a entender que, também nesse caso, a força não opera imperialmente, mas com neutralidade, no interesse da “comunidade internacional” (WOOD, 2014, p. 17).

Portanto, para estudar o “novo imperialismo” se exige a compreensão das particularidades que compõem o poder capitalista e a estrutura da relação entre as forças econômicas e extra econômicas dentro do capitalismo (WOOD, 2014). Além disso, é pouco provável que uma economia inserida em um contexto capitalista possa subsistir, muito menos prosperar sem a figura de um Estado que, mesmo de modo inadequado, consiga equilibrar as rupturas econômicas e sociais produzidas pelas ações do mercado capitalista e pelas explorações de classe. No cenário internacional, o Estado também permanece sendo indispensável, com efeito, o imperialismo moderno, ao contrário das suas versões anteriores, precisa de uma sistematização composta por vários Estados-nação moderadamente soberanos.

O fato de a própria “globalização” ter ampliado as forças estritamente econômicas para longe das garras de qualquer Estado nacional demonstra que o capital global depende de múltiplos Estados-nação para cumprir as funções coercivas e administrativas que amparam o sistema de propriedades e proporcionam a previsibilidade diária e o tipo de regularidade, assim como as diretrizes legais que o capitalismo exige mais do que qualquer outro modelo social. Logo, nenhum modelo de governança global seria capaz de prover esse modelo de ordem diária ou os requisitos de acumulação demandados pelo capital (WOOD, 2014).

Sendo assim, no mundo contemporâneo, o desenvolvimento capitalista ainda é liderado pelo Estado, cuja existência é responsável pela manutenção do sistema de propriedade e da ordem social, além de garantir o funcionamento das forças coercitivas que são a base de todas as outras (WOOD, 2003). Ainda que, o alcance econômico do capital extrapole fronteiras geográficas e políticas, o capital global necessita do Estado para criar condições necessárias à acumulação, ou seja, “(...) não existe forma concebível de ‘governança global’ capaz de oferecer o tipo de regularidade diária das condições de acumulação de que o capital necessita” (WOOD, 2014, p.27). O Estado ainda continua

sendo imprescindível para o capital, considerando que não há uma forma política global, e sim, um sistema local de Estados.

Entretanto, desde os anos 1990, os países da América Latina assistem à redução da intervenção do Estado acompanhada do crescimento da dependência externa e do aprofundamento das múltiplas desigualdades internas. Nota-se que a hegemonia das políticas neoliberais atrofiou o comando dos mecanismos de sistemas econômicos nacionais, como nos chama atenção Furtado (1992), ao passo que as decisões transnacionais prevalecem na ordenação das atividades econômicas. Consequentemente, os elementos históricos-estruturais continuam sendo reproduzidos ao longo das últimas décadas, o que nos permite questionar o projeto neoliberal. Sobretudo, tendo em vista que as economias periféricas realizam seu processo de acumulação estabelecido pela lógica mundial capitalista, de forma que a dinâmica interna dos países latino-americanos está sujeita às tendências mundiais.

Pelo que se pode observar, o fenômeno de mundialização do capital está associado à mudança repentina dos grandes grupos mundiais e à preferência pela liquidez (CHESNAIS, 1996), o que corrobora para a consolidação de uma série de limitações aos países periféricos impostas pelo novo padrão de acumulação de capital mundial. Assim, a região ainda permanece manifestando suas forças complexas que engendram a condição de subdesenvolvimento em pleno século XXI, marcado tanto pela intensificação do processo de mundialização do capital quanto pela adoção das medidas neoliberais compelidas pelo Consenso de Washington.

É diante desse cenário, portanto, que cabe reconhecer a pertinência da teoria do subdesenvolvimento, levando em consideração a heterogeneidade estrutural presente na formação histórica latino-americana que perpetua em um nível superior de complexidade. Diferentemente das economias centrais, em que a acumulação acabou por gerar a escassez de mão-de-obra e favoreceu as condições necessárias para que houvesse o aumento de salários reais e a homogeneização social; nas economias periféricas a acumulação provocou efeitos contrários, como a geração de desemprego estrutural e o fortalecimento das estruturas clássicas de dominação ou então a sua substituição por estruturas semelhantes (FURTADO, 2016).

Assim, a dissociação entre Estado e sociedade civil materializou sérias implicações teóricas e práticas, que interromperam qualquer tentativa de criação de um projeto nacional de desenvolvimento (IANNI, 1999). Como resultado, os instrumentos de política econômica centralizaram-se em apenas variáveis de curto prazo (preços, juros, equilíbrio das contas públicas e câmbio), reduzindo a reflexão sobre os objetivos nacionais de longo prazo (CANO, 2014). Em síntese, a adoção das políticas neoliberais implicou na minimização de qualquer papel positivo ou necessário do Estado para o sistema socioeconômico, sobretudo, em regiões subdesenvolvidas.

A política econômica hegemônica por um discurso liberal moderno tonifica um conjunto de ideias e instituições que não só limitam o poder do Estado na atuação contra o subdesenvolvimento, como também atuam contra o fortalecimento da democracia na região. Ademais, as transformações despontadas pela mundialização do capital têm acentuado tanto a situação de vulnerabilidade externa quando a reprodução dos elementos estruturais internos, intensificados pela exclusão de estratégias nacionais para modificar a conformação do subdesenvolvimento.

#### **2.4. A pertinência da Teoria do Subdesenvolvimento no contexto brasileiro**

Durante a década de 1960, Furtado (2011) apontou que os principais obstáculos para a superação do subdesenvolvimento no Brasil eram: i) a estrutura agrária

concentrada; ii) o capitalismo de grandes unidades; iii) a concentração de renda; iv) baixa diversidade produtiva (determinante de sérias restrições internas e externas) e de vulnerabilidade externa; v) a inadequação do perfil da demanda global e a alienação do poder econômico promovida pelas elites nacionais. Entretanto, após seis décadas que tais apontamentos foram realizados, o resultado das ações para superação dos obstáculos ao processo de desenvolvimento para, enfim, alcançar o patamar das economias centrais não pode ser considerado satisfatório.

Na verdade, a realidade apresentada nesse contexto contemporâneo não revela apenas a permanência do subdesenvolvimento, bem como o agravamento dos elementos que engendram a heterogeneidade estrutural que perpetua no contexto da região latino-americana. Para exemplificar como o fenômeno do subdesenvolvimento encontra-se mais do que atual, utilizou-se de algumas informações socioeconômicas do Brasil para retratar brevemente o conjunto de forças complexas que apontam a permanência e até o aprofundamento dos problemas estruturais nesse início do século XXI.

Segundo o Banco Mundial (BM) em 2015, o Brasil ocupou a 4<sup>o</sup> posição no ranking das nações que exibem o maior índice de Gini, além de não demonstrar muitos avanços nos últimos anos. Em 2020, o Brasil aparece na 9<sup>o</sup> colocação no ranking dos países mais desiguais do mundo. Em uma lista composta por 164 países, o Brasil surge apenas atrás de Moçambique, Suazilândia, República Centro Africana, São Tomé e Príncipe, Zâmbia, Suriname, Namíbia e África do Sul (FILIZZOLA E LAZZAROTTI, 2020). Mas, tais resultados não são novidade, uma vez que desde 1981 (ano que apresenta os registros mais antigos obtidos pelo BM), o Brasil acumula uma sucessão de pontuações acima da marca de 0,5 do índice de Gini, o que revela uma persistência histórica da desigualdade econômica do país (COSTA e LAZZAROTTI, 2021).

Com base no relatório lançado pelo IBGE intitulado “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”, lançado em 2020, observa-se uma piora no índice de Gini do Brasil e das Grandes Regiões, no período entre 2012 e 2019. Nota-se que no primeiro ano da série, em 2012, o índice é de 0.540 que é seguido de um declínio da desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* brasileiro até o ano de 2015, marcando 0.524, o menor índice do intervalo analisado. A partir de então, percebe-se uma elevação contínua da desigualdade no Brasil que mantém essa tendência até 2018 (0.545). No ano de 2019, o índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* sofre um recuo em relação ao ano anterior, apresentando um índice de (0.543), mas que ainda assim é alto em relação aos anos anteriores da série. Logo, constata-se que houve uma fraca melhora no índice, que é explicado por causa dos componentes cíclicos da economia, que demonstra um tímido aquecimento após uma dura recessão, como é apontado por Filizzola e Lazzarotti (2020).

No que tange as Grandes Regiões, em todos os anos da série a Região Sul apresenta o menor índice de desigualdade de rendimentos com (0.467) em 2019 e faz uma forte oposição com a Região Nordeste, que exhibe o índice de (0.559) no mesmo ano. Filizzola e Lazzarotti (2020) observam que o Nordeste foi a região que exibiu o maior crescimento percentual do indicador, entre 2012 e 2019, com 2,4%, sendo a única região a manifestar um crescimento percentual em relação ao ano anterior com (2,5%). Um outro modo de medir a desigualdade de rendimentos é observar a sua distribuição perante as camadas da população. Durante o ano de 2019, os 10% da população que apresentavam os menores rendimentos retinham somente 0,8% do rendimento domiciliar *per capita* total. Ao comparar a participação do mesmo grupo no rendimento total em 2015, observa-se a perda de 24,6% de participação, em torno de (1,1% para 0,8%). Enquanto isso, os 10% com maiores rendimentos retinham 42,9% do rendimento total em 2019. Observando com mais afinco a parcela mais rica da população brasileira, os autores

constatam que os 5% mais ricos acumulavam cerca de 30,6% do total do rendimento domiciliar per capita em 2019. Exibindo um aumento de sua participação no rendimento que saiu de 29,1% em 2015 e passou para 30,6% em 2019.

Ainda com base no relatório divulgado pelo IBGE, ao analisar a participação dos trabalhadores por ocupação no mercado de trabalho, entre 2012 e 2019, identifica-se dois quadros bastante diferentes: entre os anos de 2012 e 2014, o país passou por uma elevação da população ocupada, com ênfase para o crescimento de trabalhadores formais. Mas em 2015, a ascensão positiva sofreu um revés e passou a exibir uma redução significativa dos trabalhadores com vínculos formais e um aumento dos trabalhadores em situação de informalidade. Em 2019, pela primeira vez após cinco anos, o número absoluto de ocupações formais exibiu um crescimento, saindo de 43,8 milhões, em 2018, para 44,8 milhões, em 2019. Porém, esse crescimento não foi capaz de gerar uma elevação da participação relativa dessas ocupações. Logo, ocorreu um aumento do número absoluto, todavia, proporcionalmente, verifica-se uma redução da participação do emprego formal. Fillizola e Lazzarotti (2020) comentam que tal fato pode ser explicado devido ao crescimento ainda maior dos empregos informais, como os trabalhadores autônomos e empregados sem carteira assinada.

No que se refere a estrutura fundiária, os dados do censo agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, apresentados no Atlas do Espaço Rural Brasileiro (IBGE,2020), a concentração fundiária no país continua alta: apenas 0,3% dos estabelecimentos rurais no Brasil possuem mais de 2.500 hectares e ocupam 32,8% da área total de produção agropecuária do país, enquanto 81% dos estabelecimentos possuem até 50 hectares e ocupam somente 12,8% da área total dos estabelecimentos rurais. Apesar de concentrarem muita terra as grandes propriedades geram poucos empregos. Segundo o Censo Agropecuário, as áreas com mais de 2.500 hectares geram apenas 5% das ocupações, enquanto as que tem até 50 hectares são responsáveis por 70% das ocupações no campo.

O atual cenário da sociedade brasileira durante a pandemia do coronavírus revela as feridas infligidas pelo subdesenvolvimento que ainda não foram cicatrizadas, por exemplo, a fome que voltou a ocupar as manchetes dos jornais brasileiros. Conforme dados divulgados pelo IBGE, nota-se o agravamento do quadro socioeconômico do país, além de indicar que o Brasil está próximo a voltar ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), de 2017 a 2018, foi possível constatar que a tendência da série histórica que apresentava uma redução no número de famílias em uma condição grave de insegurança alimentar cessou, o que representa um retrocesso das condições do desenvolvimento socioeconômico de uma nação.

No período, entre 2004 e 2013, verifica-se uma propensão a redução do número de domicílios em situação de insegurança alimentar, comparando informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 com a POF de 2017/2018, observa-se uma elevação de 62,4%, um crescimento de 22,6% para 36,7% que corresponde a cerca de 25,3 milhões de domicílios (CAMPANHARO, SILVA E SILVA, 2021). Tais resultados são explicados pelos autores a partir de alguns fatos. Em 2003, O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi recriado junto à criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a segurança alimentar e nutricional passou a integrar as agendas políticas do governo, porém, nos últimos anos a recessão econômica originou uma alta do número de desempregados, alinhada com diversas decisões políticas – como a extinção do CONSEA e o estreitamento dos recursos voltados para projetos de combate à fome – que reforçam os efeitos negativos quanto o acesso à alimentação dos brasileiros.

De acordo com a Rede Penssan (2021), em 2020, menos da metade dos lares brasileiros estava em situação de segurança alimentar. Ou seja, cerca de 55,2% dos domicílios encontra-se em condição de insegurança alimentar e 9% tem convivido com a privação do direito humano mais básico: a fome. Salienta-se que a pandemia tem agravado essa situação, considerando que desde 2017 ainda se apresentava tendências positivas, no entanto, as circunstâncias recentes têm se agravado por causa da recessão econômica e a mudanças nas políticas socioeconômicas (HENRIQUE, LAZZAROTTI e ARCELO, 2021).

Neste sentido, não precisa ir muito longe para inferir que tais consequências fazem uma clara anúncio de que as variáveis particulares que integram o subdesenvolvimento brasileiro, como foram indicadas por Furtado (2011) há cerca de meio século atrás que ainda se fazem presentes na atualidade e não apresentam nenhuma indicação de estarem próximas de serem superadas. Em sua extensa contribuição, Furtado (2011) deixa claro que a superação do subdesenvolvimento é uma empreitada que apresenta um alto nível de complexidade e que demanda um esforço conjunto e contínuo da sociedade em cooperação com um Estado planejador.

Especialmente, tendo em vista que suplantar o subdesenvolvimento não se trata apenas de uma questão econômica. Também envolve uma série de outros fatores vinculados as relações socioeconômicas e políticas que estão enraizados no cerne da sociedade brasileira de maneira muita mais profunda do que pode ser observado em análises simplificadas. E se antes, Furtado (2016) já apontava o quão difícil seria dissolver esses gargalos, no contexto contemporâneo, assinalado pela mundialização do capital, tornou-se muito mais complexo de resolver. Isso porque os grupos multinacionais dominam as relações capitalistas, isto é, há um atrofiamento dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais.

A prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para planetarização dos circuitos de decisões, coloca em risco principalmente as áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente. Ressalta-se que esses espaços ainda não alcançaram a homogeneização nos níveis de produtividade e nas técnicas produtivas que configura as regiões desenvolvidas, além de exibir disparidades de áreas geográficas no mesmo sistema econômico, que corrobora com as características inerentes ao subdesenvolvimento. Ademais, o declínio da governabilidade ou da possibilidade de modificação estrutural (por meio de estratégia nacional) reduziu o ritmo de acumulação, trouxe baixas taxas de crescimento e concentração geográfica da renda e, conseqüentemente, o aprofundamento da miséria nos países pobres (FURTADO, 1992).

Destarte, a desarticulação dos sistemas econômicos nacionais denuncia as perversidades acarretadas pela transformação da estrutura econômica e como os mecanismos de mercado assumiram o poder de articulação e coordenação das atividades econômicas, sobretudo, em setores considerados estratégicos para impulsionar um processo de desenvolvimento. Assim, para Furtado (1992, p. 11), o desafio que se mantém presente é, de um lado, “reformular as estruturas anacrônicas que pesam sobre a sociedade e comprometem sua estabilidade”; de outro, “é resistir às forças que operam no sentido de desarticular nosso sistema econômico, ameaçando a unidade nacional”.

Com efeito, para analisar o desenvolvimento econômico concreto necessita-se atentar para as peculiaridades e as condições históricas que engendram e reforçam os elementos estruturais do subdesenvolvimento ainda presentes na América Latina e, em particular, no Brasil. Ao olhar para o passado, Furtado (1992) reconhece que a dinâmica econômica resultante do modelo de desenvolvimento brasileiro, pautado na industrialização, fundou graves injustiças sociais, entretanto, naquela época ainda existia



um determinado grau de governabilidade, que permitia a possibilidade de refletir e orientar os rumos da formação do Estado nacional.

As políticas neoliberais tiraram essa possibilidade do horizonte, ao restringir a atuação do Estado, que passa a priorizar a estabilidade econômica e a austeridade fiscal. Contudo, o contexto da pandemia vem mostrando ao mundo o quanto o Estado é relevante para assegurar não somente os serviços públicos essenciais, mas também a garantia das condições mínimas de reprodução social sobretudo para a população em condições de vulnerabilidade social. Nesse cenário começa a ganhar destaque o questionamento das vantagens das cadeias globais de valor e alguns países tem debatido sobre a necessidade das políticas nacionais de industrialização (LIMA, 2020b). Contudo, ainda que a realidade social explicita os efeitos nefastos do neoliberalismo, o Brasil segue aprofundando a implementação das políticas orientadas pelo programa neoliberal.

### 3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O objetivo deste trabalho foi realizar o resgate do aporte teórico concernente a teoria do subdesenvolvimento, sobretudo, a partir da perspectiva furtadiana, discutindo as possibilidades e as limitações históricas e contemporâneas da perspectiva analítica do subdesenvolvimento. Os resultados do trabalho evidenciam que as contribuições do debate estruturalista e os diagnósticos realizados ainda são explicativos do processo de dependência, que se manifesta de múltiplas formas. Por isso, diante do contexto atual, em que surgem novas questões em relação ao subdesenvolvimento, há uma abertura para a manifestação de novos debates teóricos e que possibilitam novas análises sobre o tema.

Tendo em vista esses aspectos, nos parece pertinente realizar alguns questionamentos: por que há um silêncio a respeito do subdesenvolvimento? Por que não é mais pauta das principais mesas de debate do país e não marcam presença nas agendas de desenvolvimento do Estado, uma vez que os sintomas do subdesenvolvimento brasileiro apontados por Furtado (2011) ainda se fazem presentes na sociedade? A sensação é que as profundas transformações estruturais que ocorreram na economia mundial desde os anos 1970, em conjunto com a implementação das políticas neoliberais nos países periféricos contribuíram para que a problemática do subdesenvolvimento fosse considerada superada.

Todavia, o que se observa é que a corrente de pensamento econômico dominante no debate público desconsidera a especificidade do subdesenvolvimento, tendo como hipótese que todas as situações históricas de aumento persistente de produtividade englobam um só modelo explicativo (FURTADO, 1992). Na verdade, desde as últimas décadas do século passado o mundo ocidental retomou a abordagem das teorias do desenvolvimento, respaldadas pela teoria econômica ortodoxa, que possui como norteador a “monoeconomia” (*monoeconomics*), ou seja, existiria apenas uma teoria econômica única, cujos princípios são universalmente válidos.

Ademais, esse período foi marcado fortemente pela crítica formulada pelos neoclássicos, que as ações voltadas para expansão do processo de industrialização dos países subdesenvolvidos, orientadas para o mercado interno, são exemplos de má alocação de recursos. Assim, florescia empiricamente o campo de ideias baseadas nas virtudes do livre mercado, da privatização e da importância do investimento privado externo e das distorções que a orientação e intervenção governamental poderiam produzir. Percebe-se que, o debate sobre o desenvolvimento se reduziu à utilização de políticas econômicas que venha atingir um determinado nível de eficácia econômica e, em seguida, essa discussão concentrou-se em conciliar os condicionantes do crescimento com alguma justiça distributiva.

Para Hirschman (1986), a problemática do subdesenvolvimento logo se estendeu da distribuição de renda para mínimo necessário, de modo que se pudesse satisfazer as necessidades das camadas mais pobres. E o problema de suprir as necessidades básicas – alimentação, educação, saúde, etc. – passaram a compor às pesquisas sobre o desenvolvimento, exclusivamente, com a finalidade de compreender os meios pelos quais poderia ocorrer o aumento de produtividade. Entretanto, tal lógica puramente econômica camufla o verdadeiro problema de assimilar o vetor catalisador de mudanças estruturais, particularmente, na medida que se espera as próprias forças do mercado assegurem essa transformação.

Com efeito, o crescimento da produtividade está longe de ser condição suficiente para que se produza desenvolvimento na perspectiva furtadiana, na qual este processo conduz à homogeneização social. Nas últimas décadas verifica-se uma tendência de agravamento dos problemas da estrutura socioeconômica, como a desigualdade de renda e a desigualdade regional. É importante lembrar que o subdesenvolvimento é um processo autônomo por meio de uma das formas que historicamente assumiu a difusão do progresso técnico (FURTADO, 2000). Assim, “o fato de que as estruturas que o conformam se hajam reproduzido no correr dos anos não nos autoriza a prever a permanência futura. Mas, podemos afirmar que a tendência dominante é no sentido dessa reprodução” (FURTADO, 1992, p.47).

Dessa maneira, os resultados apresentados evidenciam que os debates relacionados à teoria do subdesenvolvimento não estão esgotados, e sim o oposto, necessitam de novas reflexões e contribuições que possam auxiliar na superação dos problemas estruturais presentes nas regiões periféricas. Além disso, o silenciamento sobre esse tema é preocupante e parece contribuir para tornar a produção de conhecimento na área de economia distante da realidade social, como já denunciavam Raul Prebisch e o próprio Celso Furtado.

De fato, as características do subdesenvolvimento ainda se mostram bastante evidentes na sociedade brasileira e estão longe de serem superadas, especialmente, nesse contexto marcado pela nova configuração do regime de acumulação analisado. Decerto, o fenômeno da mundialização do capital vem materializando profundas transformações em diferentes dimensões - econômicas, sociais, políticas e culturais - como aponta Chesnais (1996). Em vista disso, as relações que compõem a sociedade capitalista no final do século XX tornaram-se mais complexas, reafirmando a lógica do capital: excludente, desigual e seletiva. E que no padrão de acumulação contemporâneo é regido predominantemente pela esfera financeira.

Para os países periféricos, as consequências da mundialização do capital traduziram-se em exigências dos organismos multilaterais para se adaptarem às regras do jogo, o que implicou na adoção das políticas neoliberais, ao passo que se estabeleceram barreiras ainda maiores à superação do subdesenvolvimento. Na nova fase de internacionalização do capital sob a hegemonia do capital financeiro, as políticas econômicas estão voltadas aos mercados e aos investimentos externos; o processo de construção de sistemas nacionais é desmantelado pela mudança de perspectiva estatal – Estado mínimo para o atendimento da questão social. Nesse contexto os Estados se encontram sujeitos aos imperativos do novo regime de acumulação, de forma que passaram atuar em favor da expansão da mundialização.

Em razão dessas limitações, essa condição histórica de país subdesenvolvido salta aos olhos quando se constata que ao invés de avançar a industrialização o Brasil entrou no século XXI como exportador, sobretudo, de produtos primários. E as medidas adotadas pelos poderes executivo e legislativo nos últimos anos evidenciam que o país permanece cativo de elites que não aparentam estar interessadas em extinguir as múltiplas formas de

desigualdades que caracterizam a economia e sociedade brasileira, perpetuando as relações dependência, ainda que a partir de formas e conteúdos renovados como vem mostrando o contexto da pandemia.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, 2000, v. 1, p. 13-68, 2000.

CAMPANHARO, R. SILVA, M. ARCELO, M. O retorno da insegurança alimentar a mesa dos brasileiros após anos de avanços. **Observatório das Desigualdades. Fundação João Pinheiro**. Minas Gerais, 11 de fevereiro de 2021. Disponível em <<http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1495>>. Acesso em: 11-08-2021.

CANO, W. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v.9, n. 15. Pp.139-174, jul. – dez. 2014.

CARCANHOLO, M. Desafios e perspectivas para a América Latina do século XXI. **Argumentum**. Vitória, v.6, n.2, p.6-25, jul/dez. 2014.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital** / François Chesnais; tradução Silvana Finzi Foá. —São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, G. dos R. LAZZAROTTI, B. O retrato da desigualdade nas metrópoles brasileiras. **Observatório das Desigualdades. Fundação João Pinheiro**. Minas Gerais, 11 de junho de 2021. Disponível em <<http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1791>>. Acesso em: 11-08- 2021.

FILIZZOLA, L. LAZZAROTTI, B. O crescimento da informalidade no país: quem são os mais atingidos pela precarização do trabalho? **Observatório das Desigualdades. Fundação João Pinheiro**. Minas Gerais, 25 de novembro de 2020. Disponível em <<http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1403>>. Acesso em: 11-08- 2021.

FIORI, J. L. Introdução: depois da retomada da hegemonia. In: FIORI, J.L.; MEDEIROS, C. (Orgs.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Estado e desenvolvimento para América Latina: notas para um novo “programa de pesquisa”. (Documentos de Projetos, Estudos e Investigações) Brasília, DF: CEPAL, 2013

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Licença editorial para o Círculo do Livro por cortesia da Editora Paz e Terra S.A. 1974. São Paulo, Brasil.

\_\_\_\_\_. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril e S.A Cultural, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Segunda Edição 2011.

\_\_\_\_\_. **A superação do subdesenvolvimento. Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 37–42, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643216>. Acesso em: 9 ago. 2021.

HENRIQUE, A. LAZZAROTTI, B. ARCELO, M. A fome e as sobras: o desafio da segurança alimentar e as políticas públicas. **Observatório das Desigualdades. Fundação João Pinheiro**. Minas Gerais, 18 de junho de 2021. Disponível em <<http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=1832>>. Acesso em: 11-08-2021.

HIRSCHMAN, A. Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento. *In: A economia como ciência moral e política*. São Paulo, 1986.

IANNI, O. **Estado-Nação na época da globalização**. Novos Rumos, São Paulo, n.31, 1999.

**IBGE**, Atlas do Espaço Rural Brasileiro. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101773>>. Acesso em 10-07-21 2021.

LIMA, Wallace Moreira. Tendências da dinâmica do comércio mundial pós covid-19. *Revista Princípios*, nº 160, nov.2020 a fev.2021.

OLIVEIRA, F. “O Ornitorrinco”. *In: Crítica à razão dualista – o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo. 2003.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

**OXFAM Brasil**. Menos de 1% das propriedades agrícolas é dona de quase metade da área rural brasileira. São Paulo, 27 de agosto de 2019. Disponível em <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/#>>. Acesso em: 11 de ago. de 2021.

PREBISCH. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, 3(3):47-111, set. 1949.

WOOD, E. M. **O império do Capital**. Trad. Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014, 151 p.

\_\_\_\_\_. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.